Finanças & Controle

UNACON Sindical
SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação Nacional
2021
Edição XXX
2º semestre/2021

REFORMA ADMINISTRATIVA

Pressão de servidores paralisa tramitação da PEC 32/2020 na Câmara

ACOLHIMENTO EMOCIONAL

Unacon Sindical lançou o projeto Respira

PEC DOS PRECATÓRIOS

Governo aprova calote; Sindicato irá acionar STF

CDS 2º/2021

Pauta salarial, desmonte do Estado e teletrabalho dominam as discussões do conselho

Finanças & Controle

UNACON Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

Diretoria Executiva Nacional

Bráulio Cerqueira
Presidente

Daniel Lara
Vice-Presidente

Rudinei Marques
Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio
Diretor de Finanças

Frederico Carlos Janz
Diretor de Assuntos Jurídicos

Elaine Niehues Faustino
Diretora de Filiados

Roberto Kodama
Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, José Dário Martins, Rossana Valéria Gonçalves. (Suplentes: Fani Leite da Silva, Laura Márcia de Souza Lima Safi.)

Conselho de Ética Nacional

Adriano de Queiroz Almeida, Gilberto Pereira Lopes, Rogério Honorato Torres (Suplente: Cristovalto Alves Rocha)

Delegados Sindicais do DF

Controle Interno: Corinto Silveira Santos, Cristiano Sampaio Brigido, José Marcos dos Santos, Roberta Guerra Holder Belfort Campos, Valério Victorino André Coelho, Zeles de Oliveira Flor,

Finanças Públicas: Jeová Quintino Filho, Josélia de Fatima Silva Santos, Júlio Domingues Zenckner Possas, Luciana de Almeida Toldo. Luiz Alberto Marques Vieira Filho, Manoel Messias de Jesus, (Suplente: Rossini Albernaz Neto)

Delegados Sindicais nos Estados

Edilson Rodrigues Vidal – AC, Marcos Antônio Ferreira Calixto - AL, Rafael de Oliveira Novo – AM, Adelton Vilhena Neves – AP, Filipe Leão Marques – BA, Antônio Edilberto Araújo Barreto – CE, Não houve chapa inscrita - ES, Jaci Fernandes Sobrinho – GO, Armando Gonçalves Mendes De Carvalho – MA, João Colaço dos Santos – MG, Gilberto Ricardi – MS, Não houve chapa inscrita - MT, Rodrigo Bender Moreira – PA, Maria Esmeralda Rodrigues – PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes – PE, Ducilene Vieira dos Santos – PI, Adalto Salvador -PR, Alcides Sales Coelho – RJ, Ana Maria Balthar Pinto Machado – RJ, Khalil Chaves Cruz – RN, Valério Jordão Barbosa - RO, Celso Duarte de Sousa Junior – RR, Carlos Renato Correa Leite – RS, Mario Célio da Silva – SC, Luis Joacy Barreto De Matos – SE, Roberto Quintela Fortes – SP.

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Textos: Nayara Young (9.397/DF) e
Juliana Martins (11.120/DF)
Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly e Lucivam Queiroz
Fotos: Nayara Young, Juliana Martins e Mateus Milhomem Candido

SUMÁRIO

4. CGU EM FOCO
DEN alertou sobre dispositivos da PEC 32/2020 que poderiam aumentar a corrupção no Brasil

5. STN EM FOCO
Reforma administrativa e PEC dos Precatórios pautaram reunião com o Tesouro

6. PAUTA SALARIAL
Carreira de Finanças e Controle e Unacon Sindical lutam contra arrocho remuneratório

7. IN 90/2021
Sindicato atento às ameaças do governo de retorno improvisado ao trabalho presencial

8. RESPIRA
Unacon Sindical lançou projeto de acolhimento emocional

9. REFORMA ADMINISTRATIVA
Pressão de servidores paralisa tramitação da PEC 32/2020 na Câmara

11. PEC DOS PRECATÓRIOS
Governo aprova calote; Sindicato irá acionar STF

12. TRABALHO CONJUNTO
Rudinei Marques é reeleito presidente do Fonacate

13. ESPAÇO JURÍDICO
Contribuição previdenciária, auxílio-creche e gratificação de desempenho (GCG) são destaques da coluna

15. INTERNACIONAL
Rudinei Marques e Roberto Kodama integram diretoria da ULATOC

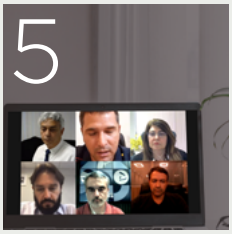
15. INTERLOCUÇÃO
Unacon Sindical participa da abertura do Conefisco 2021

16. CDS 2º/2021
Pauta salarial, desmonte do Estado e teletrabalho dominam as discussões do conselho

17. SOLIDARIEDADE
Membros do Coral do Ministério da Economia fazem doações a pessoas carentes do DF

18. UNACON CULTURAL
O Lápis

19. NOTAS



CARTA AO LEITOR

Após 15 meses de luta, a pressão política dos servidores barrou a tramitação da PEC 32/2020 da reforma administrativa. A reforma trazia prejuízos aos servidores e à prestação de serviços à população, com redução de salários, generalização de contratações temporárias e mercantilização da saúde e educação. O trabalho para freá-la envolveu articulação com frentes parlamentares do serviço público, participação nas audiências públicas da Comissão Especial, ações judiciais e muita mobilização. O Unacon Sindical, ao lado das demais entidades afiliadas ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e ao Fórum Nacional Permanente de Carreiras de Estado (Fonacate), integrou vigília por mais de dois meses nos aeroportos das capitais e em frente ao Anexo II da Câmara. Como resultado a PEC não foi a plenário e governo e parlamentares da base admitem grandes dificuldades para votá-la no ano eleitoral que se abre. Continuaremos atentos para que, em definitivo, esta (de) forma seja abandonada.

Enquanto centrávamos forças na luta em defesa do serviço público, o governo desferia novos ataques aos trabalhadores e ao estado de direito com proposta de calote em precatórios da União. A PEC 23/2021 foi apresentada não por causa do "crescimento imprevisto" das dívidas judiciais, mas em razão de regras fiscais mal desenhadas que impõem a desestruturação das políticas sociais em meio ao aumento da fome, pobreza e miséria. Ao fim da tramitação, a toque de caixa com reforço do chamado "orçamento secreto" dos parlamentares governistas, a regra do teto de gastos foi parcialmente alterada e o calote em precatórios constitucionalizado para viabilizar o orçamento de 2022. Na comparação à proposta original, o texto promulgado, ao menos no próximo ano, aponta para o pagamento da maior parte ou totalidade dos precatórios alimentares. O Sindicato irá ao STF para reverter os pontos críticos das Emendas Constitucionais aprovadas.

Em meio ao fechamento desta edição do Informativo Finanças e Controle, o ministro da Economia, o mesmo da "granada" no bolso de servidores e dos "parasitas", sinalizou reposição salarial para a segurança pública, qualificando como "desonra" as demandas remuneratórias dos demais servidores civis que acumulam perdas, medidas pelo IPCA, de 25% no atual governo. A impostura do ministro, mais uma, reforça a necessidade de mobilização contra o projeto em curso de destruição do serviço público e da dignidade dos servidores, exceto militares e segurança pública.

A luta bem-sucedida neste ano contra a (de)forma administrativa serve de exemplo. A reeleição em novembro do Secretário Executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, para a presidência do Fonacate, também nos encheu de ânimo. Comemoramos, além disso, o sucesso da primeira fase do projeto de acolhimento emocional do Unacon Sindical, o Respira. Concluímos o ano com mais de 1000 visualizações de nossa festa virtual (haja vista a cautela imposta pela situação sanitária) realizada a 10 de dezembro.

Saúde, realização e esperança, são os nossos votos em 2022!

Boa leitura!

Bráulio Cerqueira
Presidente do Unacon Sindical

UNACON NA MÍDIA

O Unacon Sindical subsidiou reportagens sobre a reforma administrativa nos termos da PEC 32/2020, sobre a PEC 23/2021 dos Precatórios, e sobre a defasagem salarial dos servidores públicos. O destaque foi o artigo "PEC 23 não soluciona orçamento nem pagamento de precatórios, mas há alternativas", do presidente do Sindicato, Bráulio Cerqueira, publicado no portal Jota, no dia 7 de outubro. "A exclusão dos precatórios do teto de gastos abriria espaço orçamentário em 2022", defende, no texto, ao questionar a proposta de calote. Acesse todas as matérias no site unacon.org.br, no menu "Na Mídia".

Principais canais que deram destaque ao Unacon Sindical

ESTADÃO
O DIA
CORREIO BRAZILIENSE
CÂMARA DOS DEPUTADOS
agência senado
tvsenado
ISTOÉ Dinheiro
METRÓPOLES

2022

DEN alertou sobre dispositivos da PEC 32/2020 que poderiam aumentar a corrupção no Brasil

Tema pautou reunião do Sindicato com o ministro da CGU

A apreensão da carreira de Finanças e Controle com dispositivos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa, que poderiam aumentar a corrupção no Brasil pautou reunião do Unacon Sindical com o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, no dia 12 de agosto. Os membros da Diretoria Executiva Nacional (DEN) Bráulio Cerqueira, Rudinei Marques, Daniel Lara, Carlos Janz, Roberto Kodama e Elaine Faustino, e a delegada sindical do Rio de Janeiro, Ana Balthar, participaram do encontro.

Entre as principais preocupações, estava a tentativa de aparelhamento do Estado, com a eliminação das restrições à ocupação de cargos em comissão e funções de confiança. Esse dispositivo poderia implicar o ingresso, em todos os Poderes e entes federados, de mais de 900 mil pessoas sem vínculo efetivo com o serviço público em cargos de livre indicação, inclusive em funções técnicas e estratégicas. Fundamentado pela Nota Técnica do Senado Federal nº 69/2021, o alerta do Sindicato foi formalizado e entregue ao ministro por meio de Ofício.

"Algumas questões o ministro já havia detectado; outras não. A reunião foi positiva no sentido de reforçar a importância da CGU na interlocução com o governo, para pautar a defesa do serviço público", avaliou Marques.

A nova redação do substitutivo, aprovado na Comissão Especial, no dia 24 de setembro, suprimiu esses dispositivos do texto. Ainda assim, a PEC 32/2020 continuou a representar graves retrocessos (veja na página 9).

CONCURSO

Os diretores parabenizaram a Direção pela autorização para a realização de concurso público para a CGU. Cerqueira destacou a importância da previsão de vagas para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle. "A cobrança pela revitalização do cargo de TFFC é uma demanda histórica. O último concurso para Técnico foi realizado em 2008", lembrou. Autorizado após nove anos de espera, e diante do alarmante déficit de pessoal no Órgão, o concurso deve ser realizado no primeiro semestre de 2022 para o preenchimento de 75 vagas para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) e 300 vagas para o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC).

E-AUD

O novo sistema de controle de frequência também entrou em pauta. O Unacon Sindical fez questionamentos sobre os parâmetros e os critérios de avaliação dos serviços entregues pelos servidores. A possibilidade de glosa de salários, caso ocorra, será questionada pelo Sindicato.

CDS

A conversa terminou com o convite para a alta direção da CGU participar da reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) em Natal/RN, encontro realizado nos dias 25 e 26 de novembro.

APOIO FINANCEIRO

O Unacon Sindical oferece ajuda de custo para os Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) filiados se prepararem para o concurso da CGU. O ressarcimento de até R$ 1.200,00 será feito unicamente mediante envio de comprovante de matrícula em curso preparatório para o concurso do Órgão. Podem solicitar o apoio financeiro TFFCs filiados de todo o país, em dia com suas obrigações estatutárias. Para mais informações, os interessados devem entrar em contato com o setor de atendimento do Sindicato, pelo email unacon@unacon.org.br ou pelo telefone (61) 2107-5000.

No dia 21 de outubro, Gildenora Milhomem, Secretária Especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, e Jeferson Bittencourt, Secretário do Tesouro Nacional, pediram exoneração de seus cargos em face da mudança no teto gastos, prevista ao longo da tramitação no Congresso da PEC 23/2021. Assumiram os cargos, respectivamente, Julio Alexandre Menezes da Silva, Esteves Colnago e Paulo Fontoura Valle.

Reforma administrativa e PEC dos Precatórios pautaram reunião com o Tesouro

Conversa com a então Secretária Especial Adjunta do Tesouro e Orçamento, Gildenora Milhomem, foi realizada no dia 27 de agosto

Unacon Sindical e Assecor se reuniram com a então secretária Especial Adjunta do Tesouro e Orçamento, Gildenora Milhomem, no dia 27 de agosto, para debater as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa, 23/2021, PEC dos Precatórios, e a pauta salarial. Pelo Sindicato, participaram o presidente, Bráulio Cerqueira, e o secretário executivo, Rudinei Marques. Márcio Gimene, presidente, representou a Assecor.

As entidades contestaram o argumento de que o governo foi surpreendido com o montante da dívida referente aos precatórios inscritos para pagamento em 2022.

O presidente do Sindicato lembrou que grande parte dos valores são fruto de acordos judiciais. "Propostos pela AGU, assinados pelos filiados e homologados pelo Judiciário, os acordos feitos com a União são atos jurídicos perfeitos e foram firmados para que os beneficiários recebam os valores ano que vem, à vista", apontou Cerqueira.

"Fomos procurados pela AGU em meados de 2020 para fazer acordos com deságios que vão de 20% a 30%. Fizemos um esforço descomunal para juntar tudo, já que os termos são individuais", contextualizou Marques.

Milhomem afirmou que o governo não se opunha à construção de alternativas à PEC 23/2021 que preservassem a segurança jurídica e a responsabilidade fiscal. "Estamos abertos para receber sugestões de melhoria, seja do Poder Judiciário, do Parlamento ou da sociedade civil", disse, dias antes de entregar o cargo. (saiba mais sobre a PEC 23 na página 11)

REAJUSTE

As entidades representativas também alertaram sobre a corrosão salarial acumulada desde a última recomposição, em janeiro de 2019. Cerqueira criticou a sobreposição de regras fiscais inexequíveis diante das necessidades do país, da sociedade, dos mais humildes e dos trabalhadores: "No caso dos servidores, as regras atuais, que a todo o momento são alteradas (teto de gastos de 2016, Lei Complementar 173/2020, Emenda Constitucional 109/2021), apontam para 15 anos de congelamento nominal de salários. Estamos falando, portanto, de um confisco sem precedentes da renda real do trabalho no serviço público", disse.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Por fim, os dirigentes listaram preocupações com os impactos da reforma administrativa, nos termos da PEC 32/2020, para as carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Oçamento.

A secretária se comprometeu a, dentro das possibilidades, buscar interlocução para defender as perrrogativas dos servidores (veja mais sobre esse tema nas páginas 9 e 10).

Pouco depois, na apresentação do substitutivo ao texto da PEC 32/2020, na Comissão Especial, a carreira de Finanças e Controle foi incluída no rol das exclusivas de Estado. Ainda assim, a redação dava margem a enormes retrocessos. Por isso, a mobilização contra a reforma administrativa prosseguiu. ●

Carreira de Finanças e Controle e Unacon Sindical lutam contra arrocho remuneratório

Salários estão congelados desde janeiro de 2019

Em novembro, o Unacon Sindical realizou reunião virtual com os servidores da carreira de Finanças e Controle de todo o país. Em pauta, recomposição salarial. Bráulio Cerqueira e Rudinei Marques representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) no encontro.

Os salários da carreira estão congelados desde janeiro de 2019, mas a grande maioria, 80% do funcionalismo federal, está sem recomposição desde 2017.

A despeito da inexistência de mesa de negociação salarial, o Sindicato tem conversado constantemente com o Ministério da Economia (ME), com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com a Controladoria-Geral da União (CGU) sobre o tema.

Indefinições ao final de 2021

Em meados de dezembro, com a aprovação da PEC 23/2021, do calote em precatórios (ver matéria da página 11), responsável pela abertura de espaço fiscal adicional em 2022, o governo sinalizou reposição para a segurança pública e prosseguimento do congelamento e das perdas para as demais carreiras.

Para Cerqueira, "não se trata de condenar por si mesma a reestruturação remuneratória das carreiras de segurança, mas é um descalabro que os demais servidores sejam preteridos. Já levamos isso à carreira, aos nossos órgãos e à sociedade. Agora precisamos da mobilização de todos".

Rudinei Marques, secretário executivo do Unacon Sindical e presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), reforçou a posição em entrevista ao Correio Braziliense, publicada no dia 15 de dezembro. "É natural que os policiais procurem reajuste salarial, a fim de buscar a recomposição do poder de compra diante da inflação que não dá trégua. Mas outras categorias também precisam de reposição. Com a janela orçamentária que se abriu, até por conta da inflação, o governo tem um espaço fiscal para conceder um reajuste linear geral."

Inflação e corrosão da remuneração

O IPCA deverá acumular alta de 25% entre janeiro de 2019 e o fim de 2022, enquanto a inflação do aluguel, medida pelo IGP-M, poderá chegar a 65%. E o cenário pode piorar. Se, no próximo ano, não houver reposição das perdas inflacionárias, os salários seguirão congelados até, pelo menos, janeiro de 2024, por força da Lei Complementar (LC) 173/2020. Depois disso, pelos gatilhos previstos na PEC 186/2019, entra-se em novo congelamento de concursos e salários, possivelmente até 2036.

O que está em curso, para Cerqueira, "é um projeto de destruição do serviço público e da dignidade dos servidores, com exceção de militares e da segurança pública. Isto vem sendo justificado como uma necessidade, o que é falso. Foi e continua sendo uma opção política deliberada o desenho de regras fiscais disfuncionais ao crescimento e à distribuição, mas oportunas para o desmonte do Estado".

Mobilização

Campanhas e novas reuniões serão convocadas com a base pelos canais oficiais do Sindicato, com informações e orientações sobre a atuação pela recomposição salarial da carreira. Mobilize-se e fique atento!

Sindicato atento às ameaças do governo de retorno improvisado ao trabalho presencial

Em reuniões com a DEN, CGU e STN destacam avanços no PGD dos órgãos

O Unacon Sindical discutiu os termos e condições para o retorno gradual ao trabalho presencial em reuniões com a Controladoria-Geral da União, no dia 20 de outubro, e com a Secretaria do Tesouro Nacional, no dia 21 do mesmo mês. Os encontros foram motivados pela publicação da Instrução Normativa do Ministério da Economia (IN) 90/2021, que estabeleceu as orientações para o retorno às atividades nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Bráulio Cerqueira, presidente do Sindicato, esteve nos dois encontros acompanhado, na CGU, de Roberto Kodama, diretor de Comunicação Social e, na STN, de Júlio Possas, delegado de Finanças Públicas.

Além de relatar a preocupação com a adoção dos protocolos de segurança sanitária, os dirigentes criticaram a decisão unilateral do governo. "É de se lamentar a maneira como a IN 90/2021 foi encaminhada. Mas não surpreende: é desse modo – avesso ao diálogo – que o governo vem conduzindo as pautas sensíveis ao funcionalismo", relatou Cerqueira.

PROGRAMA DE GESTÃO DE DEMANDAS

Na CGU, todos os servidores estão no Programa de Gestão de Demandas – que substitui o controle de frequência por entregas –, desde o início da pandemia de Covid-19. Como o PGD já prevê que as atividades podem ser realizadas tanto remotamente como presencialmente, na sede, a diretora de Gestão Interna da Pasta (DGI), Vivian Vivas, entende que a IN 90/2021 não alcança os trabalhos da Controladoria.

Na STN, todos os servidores também foram para o trabalho remoto logo ao início da pandemia. Foi a partir daí que se criou o PGD na Pasta, inicialmente limitado a 30% da força de trabalho. Após ajustes, a limitação foi retirada. Em outubro, 73% dos servidores já haviam aderido ao Programa de Gestão de Demandas. "De 631 servidores, 457 aderiram ao PGD. Só nas últimas duas semanas, recebemos mais de 200 novas solicitações", compartilhou Priscila de Souza Cavalcante, coordenadora de Desenvolvimento Institucional (Codin). A STN realizou 17 encontros virtuais em 2021 para estimular a migração dos servidores para o PGD.

No Tesouro, quem não migrou para o PGD foi alcançado pela IN 90/2021. Dos 174 servidores nessa situação, em outubro, 75 apresentaram autodeclaração para permanecer no trabalho remoto. "Temos uma média diária de 100 pessoas trabalhando presencialmente no órgão em horários alternados", concluiu a coordenadora.

PROTOCOLOS

A adoção de medidas de segurança também esteve em pauta. Os dois órgãos estão exigindo o uso de máscara facial, distanciamento social, e adotaram os protocolos de afastamento do servidor que apresentar sintoma ou entrar em contato com quem testou positivo para Covid-19.

Vivas conta que a CGU tem estimulado o controle social para garantir que as medidas de segurança sanitária sejam seguidas. "Qualquer servidor pode reportar eventual não cumprimento das normas por meio do DGI facility. Basta escanear o QR Code presente nos cartazes espalhados por todo o prédio, em Brasília, e abrir um chamado. A reclamação vai direto para o SAC".

"Do ponto de vista instrumental, a gente tem feito o possível para prover segurança e tranquilidade para os servidores do Tesouro. A intenção é evitar o contato desnecessário e a transmissibilidade do vírus. Afinal de contas, a pandemia ainda não acabou", afirma Antônio Jose da Silva Barros, gerente da Codin/STN.

CERTIFICADO DE VACINAÇÃO

Por fim, o presidente do Sindicato criticou o fato da IN 90/2021 não exigir, expressamente, a apresentação do comprovante de vacinação para os elegíveis ao retorno presencial e sugeriu a inclusão da apresentação do certificado nas próximas portarias que devem ser editadas pelos órgãos. "Seria bem visto pelos servidores", concluiu. ●

Unacon Sindical lançou projeto de acolhimento emocional

Iniciativa ofereceu, em 2021, suporte terapêutico aos servidores da carreira de Finanças e Controle

Para ajudar os servidores da carreira de Finanças e Controle a enfrentar os traumas trazidos pela pandemia, o Unacon Sindical lançou o projeto de acolhimento emocional Respira. A iniciativa ofereceu, aos servidores (ativos e aposentados) e pensionistas de todo o país, suporte terapêutico.

A primeira etapa do projeto foi conduzida pelo psicólogo, com formação em Gestalt, Márcio Peixoto, ao lado das psicólogas Fernanda Gontijo Cunha e Aline Kras.

Para Peixoto, o projeto tem sido muito importante no sentido de dar voz aos filiados para que discutam questões pessoais e coletivas relacionadas à vida particular, ao trabalho e ao momento da pandemia. "Graças ao Respira, os associados tiveram a chance de ter contato com a psicoterapia pela primeira vez, para alguns, e pela segunda ou terceira, para outros. É muito bonito de ver a preocupação associativa e sindical por um lado, e, por outro, o interesse da classe. Nesse processo, ganha o associado, ganha a entidade e ganha a sociedade como um todo. Afinal de contas, o trabalho da carreira reflete em toda a sociedade brasileira", avalia.

A oferta de terapia individual remota superou as expectativas. Para Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, o compromisso de manter a privacidade e a confidencialidade dos dados dos servidores que solicitaram o atendimento pode ter estimulado a adesão dos filiados. "Nossa intenção é que os servidores se sintam seguros", diz.

"O apoio da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional na divulgação do Respira nos canais de comunicação interna também foi fundamental. Esperamos, no futuro, ampliar o projeto em parceria com os órgãos para, assim, alcançarmos ainda mais pessoas", observa Cerqueira.

A primeira etapa do Respira teve início com uma roda de conversa sobre saúde mental e os desafios da pandemia, realizada no dia 10 de agosto. Os filiados inscritos na terapia Individual breve – com direito a 10 sessões semanais – receberam desconto de 50%, na modalidade de reembolso. Também foram ofertados aos filiados grupos terapêuticos.

Em 2022, o projeto continua. Fique atento às novidades.

SETEMBRO AMARELO

O Unacon Sindical convidou o Centro de Valorização da Vida (CVV) para fazer uma palestra, no dia 21 de setembro, com o tema "O poder da escuta na valorização da vida". O encontro foi realizado em apoio ao Setembro Amarelo, mês dedicado à prevenção ao suicídio. Segundo a página da campanha, são registrados, no Brasil, mais de 13 mil suicídios todos os anos, e mais de um milhão em todo o mundo, com aumento expressivo de ocorrência entre jovens. Mais de 96% dos casos são relacionados a transtornos mentais como depressão, transtorno bipolar e abuso de substâncias.

Respira

EDIÇÃO SETEMBRO AMARELO

PARCERIA

CVV COMOVAIVOCÊ?

Foto: Mateus Milhomem Candido

Pressão de servidores paralisa tramitação da PEC 32/2020 na Câmara

Realizado em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados, o último ato público de 2021 teve cortejo fúnebre, com caixão reservado para enterrar a proposta

Os servidores públicos já estão prontos para enterrar, de vez, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa. No dia 15 de dezembro de 2021, o Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), em parceria com o Unacon Sindical, reproduziu o "meme do caixão". Realizado em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados, o último ato público do ano contou com a participação de parlamentares e entidades representativas do serviço público. Bráulio Cerqueira, Rudinei Marques, Elaine Niehues Faustino e Arivaldo Sampaio representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) na manifestação. Abelardo Lopes, delegado sindical de Pernambuco, também participou da atividade.

O protesto simbolizou o sucesso da atuação dos servidores públicos contra a PEC 32/2020, no ano de 2021. "A pressão política das entidades barrou a tramitação da proposta. Em um cenário de alto desemprego, redução real de salários, e de ataques de todo tipo ao mundo do trabalho, essa vitória é muito significativa. Em 2022 continuaremos atentos e atuaremos para sair da defensiva bloqueando a agenda neoliberal de destruição do serviço público e avançando na construção de caminho alternativo", declarou Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical.

MOBILIZAÇÃO E TRAMITAÇÃO TRAVADA

Desde a manobra, consubstanciada na troca de parlamentares contrários à proposta, que garantiu a aprovação da matéria na Comissão Especial, em setembro, o governo e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), viram o apoio ao texto se dissolver, diante da guinada na mobilização em defesa do serviço público.

O Unacon Sindical, em conjunto com outras entidades, promoveu vigílias nos aeroportos de todo o país para avisar aos deputados que "quem votar pela aprovação do texto, não volta em 2023".

A pressão surtiu efeito. Em entrevista à imprensa, Lira admitiu que a proposta pode ser engavetada.

O texto em questão previa novas possibilidades de demissão de servidores estáveis e a redução de jornada com redução proporcional de salários, além de abrir as portas para a terceirização irrestrita. "A reforma que já era ruim, após manobra governista na Comissão Especial, virou um entulho contra servidores e cidadãos. É uma colcha de retalhos sem organicidade. No texto prevaleceram os ataques aos servidores, como redução de salários, contratações temporárias indiscriminadas e demissão por obsolescência. Tudo isso mais a terceirização radical dos serviços prestados a uma população cada vez mais empobrecida. Um disparate que felizmente bloqueamos em 2021", avaliou Bráulio Cerqueira.

O secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, ressalta: "Vencemos até aqui e impedimos que a proposta fosse votada, a toque de caixa, no Plenário na Câmara. Agora, vamos derrotar definitivamente essa PEC que precariza o serviço público, o entrega para a exploração econômica via instrumento de cooperação, prevê o fim dos concursos públicos com os contratos temporários e aponta para a redução salarial".

NOS ESTADOS

A mobilização também ganhou força nos estados. Desde a aprovação da PEC na Comissão Especial, delegados sindicais de todas as regiões do país integraram ações de abordagem aos parlamentares nos aeroportos. "As mudanças trazidas nessa PEC não se destinam a melhorar a qualidade dos serviços públicos, mas abrem brechas para que a classe política possa aumentar os seus espaços de poder", avalia Fábio Moreira, vice-presidente da delegacia sindical da Paraíba. Na mesma linha, o delegado sindical de Pernambuco, Abelardo Lopes, reitera que a proposta traria "enormes prejuízos aos direitos conquistados com muita luta e que dificilmente seriam recuperados".

ORÇAMENTO SECRETO

Enquanto lidava com o aumento da pressão, o presidente da Câmara e a equipe econômica negociavam, de acordo com informações da imprensa, a liberação de emendas para parlamentares que votassem a favor da PEC 32/2020.

A estratégia, entretanto, foi suspensa em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal. No dia 9 de novembro, a Corte determinou a interrupção do chamado orçamento secreto. "A utilização de emendas orçamentárias como forma de cooptação de apoio político pelo Poder Executivo, além de afrontar o princípio da igualdade, na medida em que privilegia certos congressistas em detrimento de outros, põe em risco o sistema democrático mesmo", apontou a ministra Carmen Lúcia, em seu voto.

Com o revés, o governo perdeu poder de barganha. Por outro lado, a recente aprovação da PEC 23/2021, dos Precatórios, ainda que modificada ao longo da tramitação (ver matéria na página 11), não permite baixar a guarda contra a (de)forma administrativa representada pela PEC 32/2020: "Não podemos esmorecer. A luta contra a PEC 32/2020 só termina quando a matéria for arquivada e sepultada. Até lá, seguiremos mobilizados", pontuou Carlos Leite, delegado sindical do Rio Grande do Sul. "Os servidores de todo o país devem continuar a pressionar os parlamentares para que rejeitem a proposta", concluiu Ana Maria Balthar, delegada sindical do Rio de Janeiro. ●

Foto: Mateus Milhomem Candido

Atores carregando um caixão reservado para a PEC 32/2020 na manifestão do dia 15 de dezembro. A ação foi inspirada na celebração fúnebre realizada em Gana que, durante a pandemia, viralizou ao som de música eletrônica.

NOVAS CONTRIBUIÇÕES

O Fonacate lançou nova série de Cadernos da Reforma Administrativa sobre "Financeirização e Privatização das Finanças Públicas no Brasil". Os estudos, elaborados em parceria com a Frente Servir Brasil, demonstram como a PEC 32/2020 tem objetivos privatistas. Autor do Caderno 29, intitulado "O Subfinanciamento do Estado Brasileiro e os Processos de Privatização e Financeirização dos Serviços Públicos", o delegado de Finanças Públicas, Luiz Alberto Marques Vieira Filho, participou da live de lançamento da série, realizada no dia 15 de dezembro. A gravação está disponível no link https://youtu.be/R1kfsPgR_Eo.

Acesse os estudos no QR Code abaixo.

Governo aprova calote; Sindicato irá acionar STF

Na comparação com a proposta inicial do governo, texto promulgado abriu espaço maior para pagamento de precatórios alimentares

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promulgou, no dia 16 de dezembro, a Emenda Constitucional (EC) 114 com os trechos remanescentes (PEC 46/21) da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, conhecida como a PEC dos Precatórios. Em conjunto com outra Emenda (EC 113), promulgada no dia 8 de dezembro, o texto altera a fórmula de correção do teto de gastos e posterga o pagamento, por meio de um subteto de gastos, de parte dos precatórios já inscritos no próximo ano e assim sucessivamente até 2026.

A proposta original do governo, após muitas críticas e luta dos servidores, foi alterada no Senado Federal, com a exclusão dos precatórios do Fundef da regra do teto de gastos, aspecto mantido no texto promulgado. A medida permitirá que o novo subteto para despesas com dívidas judiciais comporte um volume maior de precatórios de natureza alimentar.

Como o subteto não contemplará o pagamento integral de precatórios da União ano após ano, estas despesas seguirão a seguinte ordem de prioridade: (i) requisições de pequeno valor (RPV's); (ii) precatórios alimentares cujos titulares tenham 60 anos, ou portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, até o limite de 180 salários-mínimos; (iii) demais precatórios alimentares até 180 salários-mínimos; (iv) precatórios alimentares que ultrapassarem 180 salários-mínimos; e (v) demais precatórios, até que seja atingido o subteto de gastos.

Para a assessora jurídica do Unacon Sindical, Ana Torreão, "tendo como base a previsão orçamentária apresentada para o exercício de 2022 e a ordem de pagamento preferencial dos valores alimentícios prevista na redação atual da PEC 23/2021, a perspectiva é de que os precatórios alimentares inscritos em 2021 sejam integralmente quitados até o final de 2022". Ela ressalta, no entanto, que é necessário aguardar a regulamentação, a ser apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para verificar como se dará a operacionalização desses pagamentos com prioridade.

Embora a projeção traga certo alívio, é preciso ter cautela. "Os cálculos foram feitos com base em números apresentados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, ainda não há dados oficiais atualizados disponíveis", alerta Ana Torreão.

PRÓXIMOS PASSOS

Só em 2022, o calote poderá chegar a R$ 36 bilhões, incluindo precatórios e o parcelamento do Fundef. Os valores não pagos serão inscritos com preferência no exercício seguinte, e assim sucessivamente, criando bola de neve de dívida sem previsão de pagamento. Até 2026 isso gerará um calote superior a R$ 100 bilhões.

Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, avalia que "prossegue a sanha destrutiva de direitos em nosso país. E que fique claro, o novo Auxílio Brasil, assim como o Emergencial do ano passado, independe de calote e da implosão da Constituição Cidadã de 1988. O texto promulgado possivelmente garantirá o direito dos credores da carreira de Finanças e Controle em 2022, mas depois é certo a criação de bola de neve de dívidas não pagas. Iremos ao STF para reverter esse absurdo".

CALOTE NÃO É SOLUÇÃO

CONTRA A PEC 23/2021

RETROSPECTIVA

Desde o envio da matéria ao Congresso Nacional, em agosto, o Unacon Sindical, o Fonacate, a Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades se uniram num esforço conjunto para alertar sobre as inconstitucionalidades e os impactos da medida, além de apontar alternativas para honrar os pagamentos já inscritos e, ao mesmo tempo, garantir a verba necessária para as políticas sociais.

O trabalho não se limitou aos corredores do Parlamento. Com o slogan "Calote Não é Solução", as entidades lançaram uma campanha de mídia na Globo News para conscientizar a população e os formadores de opinião sobre os prejuízos trazidos pela PEC.

Nas redes sociais, o Sindicato contou a história de filiados que esperam há 28 anos pelo desfecho de ações judiciais. A luta também ganhou as ruas. Nos aeroportos e nas manifestações semanais realizadas em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, dirigentes do Unacon Sindical pediram a rejeição da PEC 23/2021.

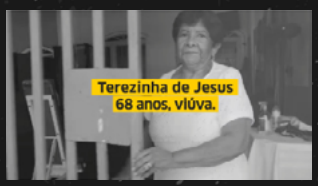


foto: Mateus Milhomem Candido

Rudinei Marques é reeleito presidente do Fonacate

Secretário executivo do Unacon Sindical ocupa o cargo na condição de presidente da Fenaud

O secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, foi reeleito presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), para o próximo triênio, em assembleia geral realizada no dia 17 de novembro.

Marques, que ocupa o cargo na condição de presidente da Fenaud, agradeceu a confiança e o apoio das demais lideranças e se comprometeu a dar continuidade ao trabalho de mobilização e de fomento ao debate técnico. "O Fonacate, hoje, é um dos principais fóruns de articulação e de mobilização do funcionalismo público, reconhecido nacionalmente por sua relevância política e competência técnica. A reeleição demonstra que as afiliadas confiam no nosso trabalho e apostam na continuidade para fortalecer e qualificar o serviço público brasileiro", avaliou.

RETROSPECTIVA

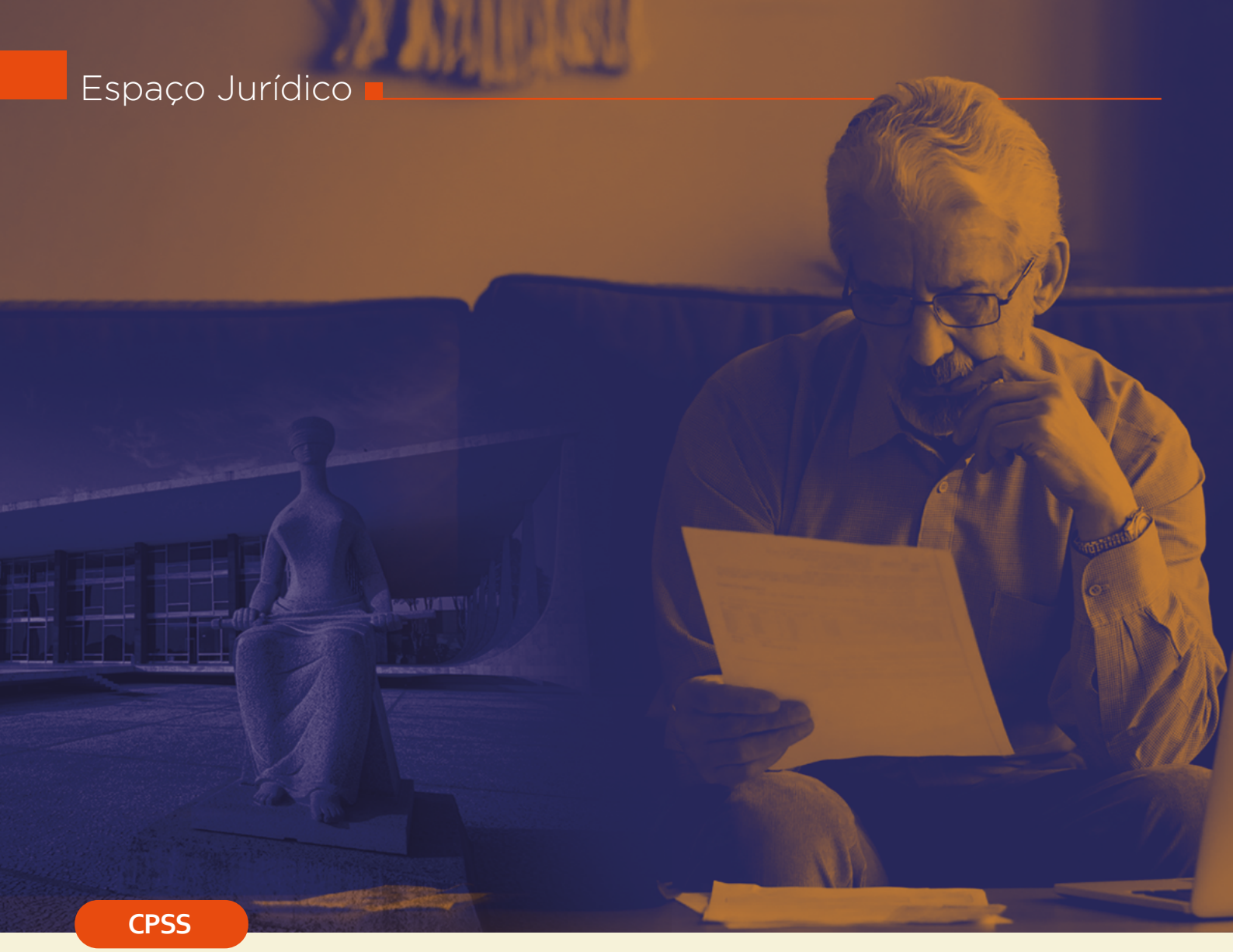
Antes da eleição, o presidente do Fórum prestou contas sobre o trabalho desenvolvido desde 2015. Destaque para o aumento da presença na mídia. Foram mais de mil reportagens e entrevistas subsidiadas pelo Fonacate nos últimos seis anos. O posicionamento sobre pautas conjuntas, de interesse de todos os servidores, também teve números significativos. Foram editadas, no mesmo período, 51 notas públicas. O Fonacate ingressou, ainda, com cinco representações na Comissão de Ética Pública para denunciar atitudes incondizentes com os princípios do serviço público, das quais três são contra o atual ministro da Economia, Paulo Guedes.

No âmbito político, a inclusão da redação proposta pelo Fórum na definição das carreiras exclusivas de Estado, nos termos da PEC 32/2020, a visita da embaixada Americana à sede, em 2019, e a participação no Comitê de Governança do Movimento Pessoas à Frente, no Conselho Diretor do Instituto República.org e no Conselho Curador da Frente Servir Brasil são fatos que demostram, não só a amplitude do trabalho, mas a disponibilidade ao diálogo, que tem sido um dos princípios norteadores da gestão.

ELEIÇÃO

Durante a assembleia do último dia 17 de novembro, foram eleitos também os novos titulares para as Vice-Presidências e para a Secretaria-Geral. Na 1ª vice-presidência (Financeiro), assume Rodrigo Spada, presidente da Febrafite; na 2ª (Administração e Patrimônio), Celso Malhani, diretor da Fenafisco; o presidente do Sinal, Fabio Faid, foi reeleito para 3ª vice-presidência (Comunicação); e Pedro Pontual, presidente da Anesp, assume 4ª (Relações Institucionais). Rivana Ricarte, presidente da Anadep, é a nova secretária-geral.

foto: Mateus Milhomem Candido



CPSS

Cobrança retroativa de aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes desrespeita entendimento do STF

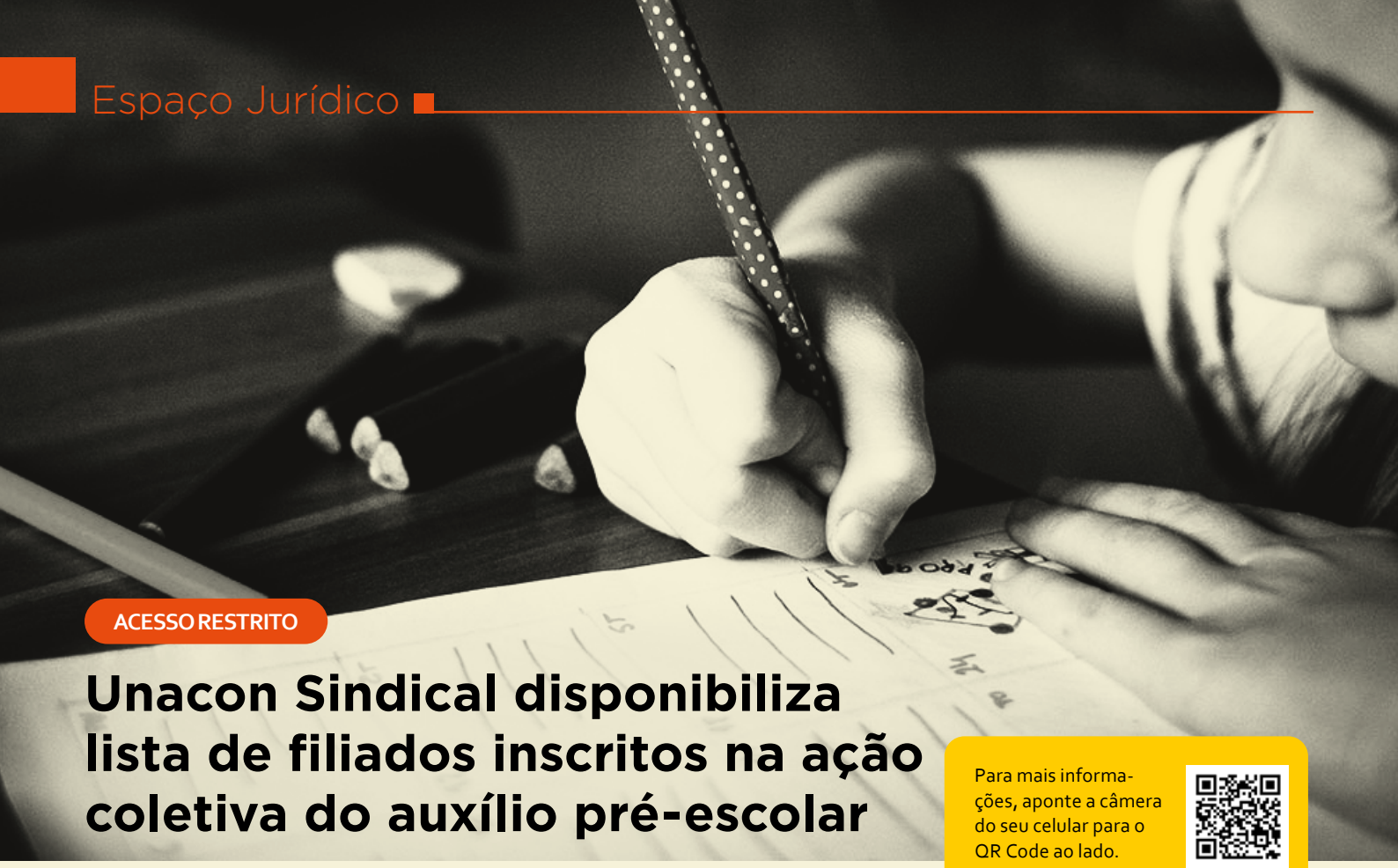
Servidores se depararam com descontos, referentes à contribuição previdenciária, na prévia dos contracheques de outubro; cobrança não foi efetivada

No mês de outubro 2021, servidores aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes receberam notificação de cobrança retroativa de valores referentes à diferença na contribuição previdenciária (CPSS) dos meses de novembro e dezembro de 2019, gerada, segundo a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, pelo fim da regra do duplo teto. A assessoria jurídica do Unacon Sindical esclarece que a cobrança não tem amparo jurídico.

O Sindicato garantiu na Justiça, em caráter liminar, que a mudança na faixa de isenção da CPSS só teria validade, de acordo com o princípio da anterioridade nonagesimal, a partir de março de 2020. O tema foi julgado também pelo Supremo Tribunal Federal, que se manifestou pela constitucionalidade do fim do duplo teto, nos termos da Emenda Constitucional 103 (na reforma), mas afastou a exigibilidade de eventuais cobranças aos servidores que "vinham deixando de pagar as contribuições por força de medida judicial".

Dada a repercussão negativa, a própria SGP informou, ainda em outubro, a suspensão da cobrança. "Descontos dessa natureza que tenham sido identificados na prévia do contracheque deverão ser desconsiderados pelos servidores, pois não constarão da versão final da folha", afirmou, em comunicado. O mesmo, porém, não afastou a possibilidade do desconto nos próximos meses.

Por isso, a assessoria jurídica segue monitorando a situação dos filiados que podem ser afetados. "Aguardaremos a divulgação do novo posicionamento do Ministério da Economia a respeito das cobranças, sobretudo acerca dos servidores que foram beneficiados por tutelas de urgência", informa.



ACESSO RESTRITO

Unacon Sindical disponibiliza lista de filiados inscritos na ação coletiva do auxílio pré-escolar

Para mais informações, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado.

Sindicato fechou acordo com a União para garantir o custeio integral do subsídio

Unacon Sindical disponibiliza a relação de inscritos na ação coletiva do auxílio-creche (1015052-43.2017.4.01.3400) no acesso restrito do site. Homologado no dia 16 de junho, o acordo entre o Sindicato e a União garante o custeio integral do auxílio pré-escolar ou auxílio-creche e o ressarcimento dos valores descontados no contracheque dos beneficiários nos últimos cinco anos, com deságio de 15%. Embora o acordo seja coletivo, a adesão é individual. Os filiados inscritos no acordo e que não assinaram o termo de adesão, devem entrar em contato imediatamente com o Setor Jurídico, pelo telefone (61) 2107 5018. ●

GCG

Justiça reconhece legitimidade de beneficiários

Decisão favorece, até agora, 52 filiados, em dois grupos de execução

Em decisão divulgada em setembro de 2021, a Justiça reconheceu a legitimidade de beneficiários integrantes de dois grupos de execução da ação da GCG ajuizados após 2009, afastando a alegação de prescrição para aqueles filiados que não estavam nominados na lista inicial. A mudança de entendimento pode beneficiar outros grupos que aguardam a prolação da sentença.

"Foi reconhecido que, em razão de ainda haver recurso pendente de julgamento sobre a legitimidade da execução do título por esses beneficiários, em nenhum momento houve inércia das partes, o que justificou o afastamento do argumento da União sobre possível prescrição", explica a advogada Priscilla Brazil, da assessoria jurídica do Sindicato.

Cabe ressaltar, no entanto, que a vitória foi alcançada em primeira instância. Sendo assim, a União ainda poderá recorrer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para tentar reverter o resultado.

Aos beneficiários com comorbidades, integrantes dos grupos A46 e A50, a assessoria jurídica solicita o envio dos laudos de saúde, a fim de reforçar os pedidos de preferência. Para mais informações, entre em contato com o Setor Jurídico. ●

Para mais informações, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado.

Atenção. O Unacon Sindical não solicita pagamentos antecipados de nenhum tipo. Se receber qualquer comunicação suspeita, entre em contato imediatamente com o Setor Jurídico do Sindicato, pelo telefone 61 2107 5000, opção "2".

Rudinei Marques e Roberto Kodama integram diretoria da ULATOC

Entidade prepara reunião técnica sobre proteção de denunciantes do setor público.

A União Latino-Americana de Trabalhadores de Organismos de Controle (ULATOC/UITOC) irá promover uma "Reunião Técnica sobre a Proteção de Denunciantes no Setor Público". Previsto para 2022, o encontro internacional irá abordar a importância da independência do setor público na luta contra a corrupção. Rudinei Marques e Roberto Kodama, secretário executivo e diretor de comunicação do Unacon Sindical, nesta ordem, integram a diretoria a organização.

Para identificar as lacunas e as dificuldades na aplicação das atuais estruturas de proteção de denunciantes, servidores de todo o mundo responderam a um questionário. Disponibilizada em inglês, francês e espanhol, a pesquisa irá subsidiar os documentos de referência que serão debatidos durante o encontro.

"Essa apuração ofereceu uma oportunidade única para organizações de todo o globo contribuírem diretamente para os resultados da reunião e orientá-las. É uma importante cooperação para a construção de um instrumento internacional para proteger os servidores públicos que denunciam casos de corrupção", avaliou Kodama.

ULATOC/UITOC

Formada por várias organizações sindicais da América e da Europa, a União Latino-Americana de Trabalhadores em Organizações de Controle (ULATOC/UITOC) foi criada a partir da iniciativa da Associação do Pessoal de Trabalhadores dos Organismos de Controle (APOC) e do esforço conjunto dos sindicatos Latino-Americanos de Trabalhadores dos Organismos de Controle.

Unacon Sindical participa da abertura do Confisco 2021

Congresso Estadual do Fisco do Rio Grande do Norte reuniu autoridades para debater "Reformas e Justiça Social" no Brasil

O Unacon Sindical, representado pelo secretário executivo, Rudinei Marques, e pela diretora de Filiados, Elaine Faustino, participou da abertura do XIII Congresso Estadual do Fisco do Rio Grande do Norte (Confisco), realizado no dia 20 de setembro de 2021. Promovido pelo Sindifern, o evento reuniu autoridades e especialistas para debater o tema "Reformas e Justiça Social".

Marques ministrou, na condição de presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), a palestra inaugural, com o tema "Reforma administrativa: o que muda no serviço público brasileiro?". Antes de iniciar a avaliação sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa, ele lembrou o momento que vivemos no Brasil e no mundo, de aumento da pobreza e de aprofundamento da desigualdade social, e destacou a importância de, neste contexto, fortalecer o serviço público. "Quem, se não o Estado, vai enfrentar a crise social, sanitária, econômica e, até, na educação? O serviço público nunca foi tão necessário", afirmou.

Assista à íntegra da gravação do Confisco no QR Code ao lado.

A diretora de Filiados destacou a importância da interlocução com outras entidades representativas, inclusive estaduais, como o Sindifern. "Em um momento em que os servidores públicos têm sido ameaçados de todos os lados, a união entre carreiras tão importantes para o Estado é essencial. Afinal, a PEC 32/2020 afeta todos os entes federativos", concluiu.

Pauta salarial, desmonte do Estado e teletrabalho dominam as discussões do conselho

Reunião em novembro também tratou do contexto de desmonte do Estado e da pauta salarial

O Conselho de Delegados Sindicais (CDS) aprovou a realização de um seminário para avaliar os impactos do teletrabalho na vida dos servidores. O evento deverá ser promovido em 2022. As incertezas relacionadas à volta ou não ao trabalho presencial, as mudanças trazidas para os processos de trabalho, os impactos na cultura institucional, as dificuldades em conciliar a vida privada e profissional dentro do mesmo ambiente e os novos desafios para a organização classista motivaram o encaminhamento.

Reunido de forma híbrida, presencialmente em Natal/RN e por videoconferência, nos dias 25 e 26 de novembro, o CDS é o órgão colegiado de deliberação intermediária do Unacon Sindical. Filipe Leão, delegado sindical da Bahia e presidente do Conselho, registrou a alegria com a retomada dos trabalhos presenciais e em poder ver todos com saúde, destacando a atuação combativa do Sindicato, apesar das restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19.

PAUTA SALARIAL

O presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, apresentou os números da perda do poder de compra do conjunto dos servidores civis nos últimos anos: "Fomos bem-sucedidos na última negociação salarial em 2015/2016, com reflexos positivos até janeiro de 2019. Desde então não houve disposição do governo em reabrir a discussão salarial, mesmo em meio à alta da inflação. Ou pior ainda, o governo tentou, felizmente sem sucesso, reduzir o valor nominal dos salários civis. O que se observa, portanto, é a proliferação de ataques ao serviço público e ao funcionalismo, com exceção dos militares e de parte da segurança pública, uma decorrência da agenda do Estado mínimo social e máximo policial", afirmou Cerqueira.

O secretário-executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, complementou reiterando a dificuldade de negociação com o governo, pontuando casos de assédio institucional. "São mais de mil casos documentados pelo assediômetro, diversas denúncias de ingerência governamental. Então, precisamos ser estratégicos para saber qual o momento ideal para colocar o bloco na rua", alertou.

A luta de agora e nos próximos anos envolve, além dos salários, o conjunto mais amplo de benefícios dos servidores, aviltados nos últimos anos. As diárias, por exemplo, não são reajustadas desde 2009 acumulando defasagem de 100% para a inflação. Os auxílios alimentação e saúde, por sua vez, acumulam defasagens de 35%.

Os membros do CDS sugeriram estruturar comunicação focada nesses itens de perdas para mobilizar a carreira.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A atuação do Sindicato contra a (PEC) 32/2020, da reforma administrativa, também foi discutida. Marques pontuou como anda a luta contra a proposta, que já dura 15 meses, e demonstrou a importância da união de todas as carreiras. "Esse projeto não foi votado ainda na Câmara porque funcionou e está dando certo a nossa pressão no Congresso. Produzimos diversos estudos técnicos que foram entregues aos parlamentares e denunciamos as falácias de que a máquina é inchada, custa caro e é ineficiente."

OUTRAS PAUTAS

A realização do concurso para a Controladoria-Geral da União (CGU), a criação de comissão para reforma estatutária e a análise de conjuntura política também pautaram a reunião.

Leia a cobertura completa da reunião do CDS no site do Unacon Sindical

unacon.org.br

Membros do Coral do Ministério da Economia fazem doações a pessoas carentes do DF

Canto Solidário foi criado em maio de 2020 para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade social

"Sei que meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor". A citação atribuída a Madre Teresa de Calcutá carrega a essência do Canto Solidário. Formado em maio de 2020 por membros do Coral dos Servidores do Ministério da Economia (ME), o grupo realiza doações mensais para famílias e instituições carentes do Distrito Federal e do entorno.

A ideia de criar o Canto Solidário surgiu em uma conversa informal de WhatsApp, entre alguns integrantes do coral que já realizavam ações pontuais de solidariedade. "Percebemos uma vontade comum de ajudar pessoas carentes que imaginávamos estarem passando por situações extremas, em virtude dos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19. Então, mesmo com as limitações do momento, nos organizamos com as ferramentas disponíveis e fomos experimentando regras e formas de fazer dar certo", conta Rosa Cavalcanti, Auditora Federal de Finanças e Controle (AFFC) lotada na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e integrante do Canto Solidário.

O projeto conta com 31 voluntários, entre servidores do Ministério da Economia e membros sem vínculo com o órgão. Mensalmente, o grupo seleciona as pessoas ou instituições (creches, asilos, projetos sociais, etc) que serão assistidos. "Temos uma lista que circula no grupo, onde qualquer integrante pode sugerir e acrescentar os nomes das pessoas ou das organizações que precisam de ajuda e relacionar também quais são as necessidades. Então, a indicação entra em uma fila e, todos os meses, com os recursos arrecadados, ajudamos entre quatro e seis instituições", explica Cavalvanti.

A assistência é feita sempre com donativos, nunca em dinheiro. O grupo se encarrega de tudo: desde a arrecadação e a compra das doações, até a logística de entrega e a prestação de contas. Membro do Canto Solidário e filiado ao Unacon Sindical, o AFFC Jose Haroldo Cavalcante destaca a generosidade e a disponibilidade de todos os envolvidos no projeto. "É muito tocante, especialmente nesse momento que estamos vivendo, notar o envolvimento e a dedicação de todos. O desejo de fazer a diferença é maior que as limitações do momento", afirma.

"Da mesma forma que a música toca e beneficia quem canta e quem ouve, o voluntariado transforma a vida de quem é assistido e de quem se dispõe a praticar esse ato de amor", declara Haroldo.

"Somos mais beneficiados do que essas pessoas às quais levamos um pouco de alimento e carinho. A energia positiva que eles emanam em agradecimento enche o nosso coração de alegria", revela Cavalcanti, que garante: as ações do Canto Solidário estreitaram ainda mais os laços de amizade que já existiam entre os integrantes do Coral.

O coral do Ministério da Economia conta com o apoio e o patrocínio do Unacon Sindical. Para Arivaldo Sampaio, diretor de Finanças, o Sindicato foi como um elo para o surgimento desse projeto. "Para nós já era motivo de orgulho saber que muitas amizades surgiram no coral. Agora, somos surpreendidos com a notícia de que esses laços fraternos deram origem a um projeto ainda maior, de amor ao próximo. É gratificante ver os frutos do incentivo à qualidade de vida dos servidores", declarou.

Como ajudar

Qualquer pessoa pode ajudar. Para manifestar interesse em colaborar com o Canto Solidário, envie seu nome e telefone para o email para cantosolidariodf@gmail.com com o assunto "Quero colaborar com o Canto Solidário", que representantes do projeto entrarão em contato.

Até maio de 2021, o **Canto Solidário** já tinha assistido:

9

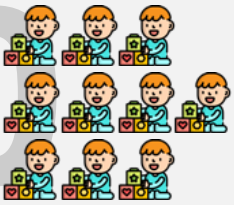
Projetos que atendem **famílias** com gêneros alimentícios avulsos ou cestas básicas.

10

Projetos que assistem **pessoas em situação de rua**, com doação de kits de higiene, cobertores e alimentos.

3

Instituições que cuidam de **pessoas com deficiências**, para as quais foram doados alimentos, materiais de higiene e limpeza.

10 

Creches para as quais foram doadas alimentos, fraldas e produtos de higiene infantil.

6

Abrigos de **idosos** para os quais foram doados alimentos, fraldas geriátricas e produtos de higiene pessoal.

O Lápis

por Dalvina Macedo

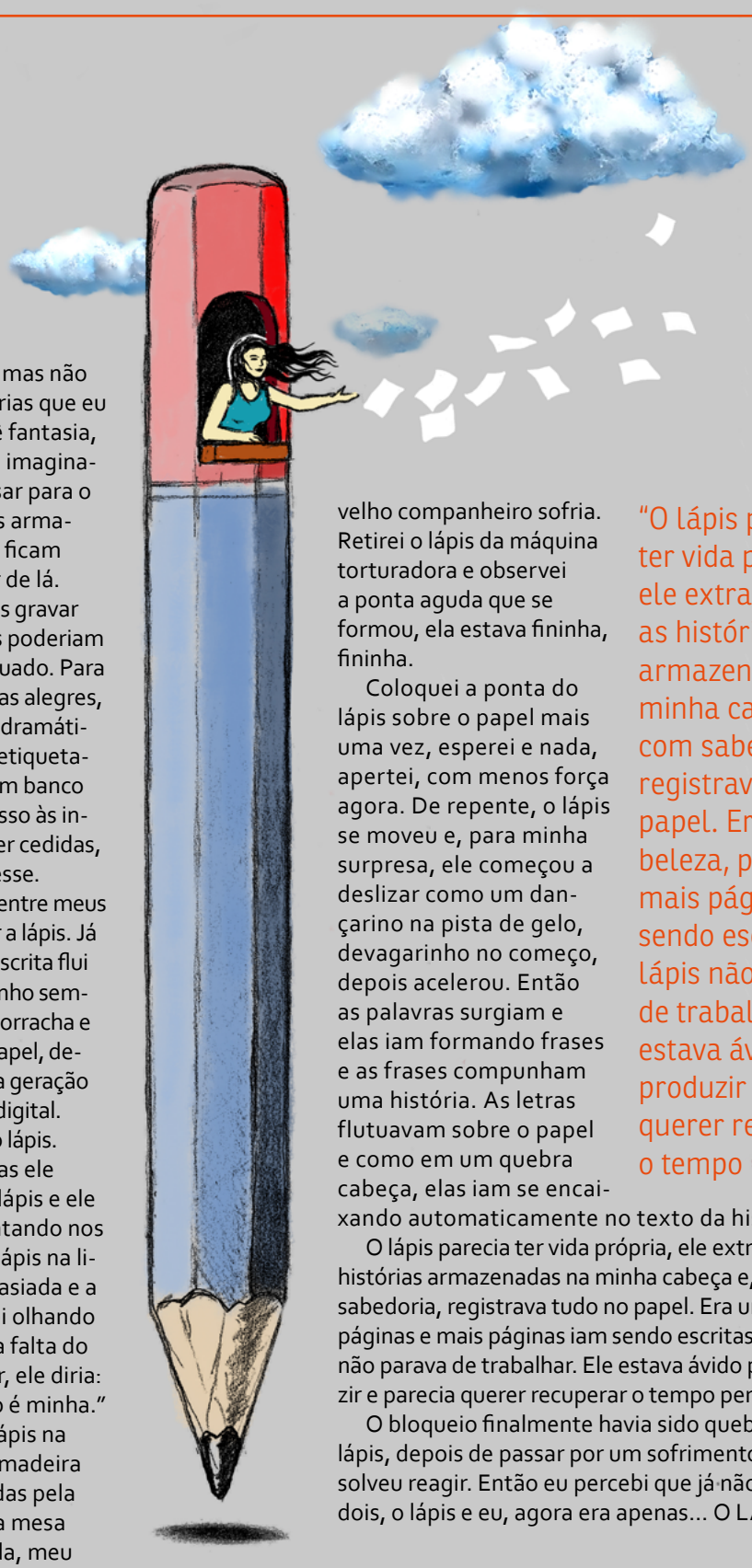


Ilustração: Marcelo Rubartelly

Pela décima vez eu tentava escrever, mas não conseguia colocar no papel as histórias que eu tinha na cabeça. Pensar é fácil, você fantasia, cria enredos, tem ideias espetaculares e a imaginação corre frouxa. Quando você tenta passar para o papel, a coisa muda de figura. As histórias armazenadas na sua memória se embaralham, ficam desordenadas, grudam e não querem sair de lá.

Imagine como seria bom se pudéssemos gravar os nossos pensamentos. Quantas histórias poderiam ser guardadas e usadas no momento adequado. Para cada momento teríamos uma história, umas alegres, outras tristes, algumas divertidas e outras dramáticas. Elas ficariam guardadas em arquivos, etiquetadas e datadas. Seria um arquivo pessoal, um banco de dados e só o próprio pensador teria acesso às informações ali arquivadas. Elas poderiam ser cedidas, caso o idealizador do projeto assim o quisesse.

Peguei mais uma folha de papel. O lápis entre meus dedos esperava. Eu sempre preferi escrever a lápis. Já escrevi a caneta, mas voltei para o lápis. A escrita flui melhor e me sinto mais confortável. Mantenho sempre por perto o meu kit "ABL", apontador, borracha e lápis. Eu escrevo todos os meus textos no papel, depois digito tudo no computador. Não sou da geração "Y" e nem da geração "Z", gerações da era digital. Acho que eu sou da geração "L", geração do lápis.

Peguei o lápis e posicionei no papel, mas ele não saiu do lugar, empacou. Olhei para o lápis e ele olhou para mim. Ficamos nos fitando, tentando nos entender. Tomei uma decisão e finquei o lápis na linha demarcada do papel. A força foi demasiada e a ponta se quebrou. Levantei o lápis e fiquei olhando o buraco que se formou na madeira com a falta do pedaço da grafite. Se o lápis pudesse falar, ele diria: "Ei, não precisava tanta força, a culpa não é minha."

Depois de um breve instante, enfiei o lápis na boca voraz do apontador e ela devorou a madeira sem piedade. As ondas da madeira cortadas pela lâmina afiada do apontador caiam sobre a mesa como mortadela fatiada. Fiquei penalizada, meu velho companheiro sofria. Retirei o lápis da máquina torturadora e observei a ponta aguda que se formou, ela estava fininha, fininha.

Coloquei a ponta do lápis sobre o papel mais uma vez, esperei e nada, apertei, com menos força agora. De repente, o lápis se moveu e, para minha surpresa, ele começou a deslizar como um dançarino na pista de gelo, devagarinho no começo, depois acelerou. Então as palavras surgiam e elas iam formando frases e as frases compunham uma história. As letras flutuavam sobre o papel e como em um quebra cabeça, elas iam se encaixando automaticamente no texto da história.

> "O lápis parecia ter vida própria, ele extraía as histórias armazenadas na minha cabeça e, com sabedoria, registrava tudo no papel. Era uma beleza, páginas e mais páginas iam sendo escritas e o lápis não parava de trabalhar. Ele estava ávido por produzir e parecia querer recuperar o tempo perdido"

O lápis parecia ter vida própria, ele extraía as histórias armazenadas na minha cabeça e, com sabedoria, registrava tudo no papel. Era uma beleza, páginas e mais páginas iam sendo escritas e o lápis não parava de trabalhar. Ele estava ávido por produzir e parecia querer recuperar o tempo perdido.

O bloqueio finalmente havia sido quebrado. O lápis, depois de passar por um sofrimento atroz, resolveu reagir. Então eu percebi que já não éramos dois, o lápis e eu, agora era apenas... O LÁPIS.

Dalvina Macedo de Oliveira Souza é Técnica Federal de Finanças e Controle. Foi premiada com a primeira e a segunda colocações nas edições de 2014 e 2017 do Concurso de Contos do Unacon Sindical, nesta ordem. Licenciada em Letras, começou a escrever contos e poesias em 2011, depois da aposentadoria. É membro da Academia Taguatinguense de Letras, onde ocupa a cadeira nº 10. Atualmente, apresenta o programa "Poesia e Louvor", da rádio Rede Imaculada (94,5 FM), aos domingos, das 13h às 14h.

ENVIE SEU TRABALHO

O Unacon Cultural é uma coluna do Informativo Finanças & Controle. O espaço é voltado para a divulgação de contos, poesias, poemas, crônicas e outras produções artísticas dos filiados. Os interessados devem enviar os dados pessoais e o material a ser publicado para o email comunicacao@unacon.org.br.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 21 de outubro, os filiados aprovaram, por unanimidade, as contas do Unacon Sindical e da Unacon, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2020. O presidente do Sindicato, Bráulio Cerqueira, falou sobre o impacto da pandemia na execução do orçamento. "O distanciamento social e o home office proporcionaram uma redução de despesas. Tanto a reunião do Conselho de Delegados Sindicais, que ocorre duas vezes ao ano, quanto os eventos sociais foram realizados de forma virtual. Tivemos, por outro lado, que intensificar a atuação contra a reforma da administrativa e outras pautas políticas", analisou.

O diretor de Finanças, Arivaldo Sampaio, apresentou o Caderno Transparência aos filiados presentes. A publicação, que traz as despesas, receitas e investimentos da entidade, acompanhadas de notas explicativas e dos pareceres do Conselho Fiscal, foi enviada aos associados e está disponível no site unacon.org.br.

FESTA DE FIM DE ANO

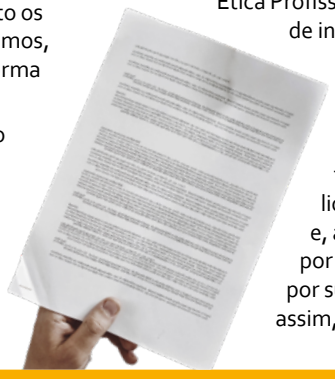
A festa virtual de fim de ano do Unacon Sindical foi um sucesso. Realizado no dia 10 de dezembro, o evento teve cerca de 800 inscritos. Conduzida pela jornalista Vivian Danielle, a confraternização contou com apresentação musical de Thiago Lunar e banda, oficina de culinária com a nutricionista Letícia Carolina, workshop de drinks, e muitos sorteios. O vídeo, disponível no canal no Youtube do Sindicato, já tem mais de 1 mil visualizações.

Foram sorteados uma Smart TV Led Samsung UHD 55; um Notebook Lenovo Ideapad I5; três Smartphones Samsung Galaxy A32; dois Tablets Galaxy A7; três Bicicletas Mirage Aro 29; cinco Smartwatches Galaxy; três Robôs Aspirador da Britânia; cinco Cafeteiras Nespresso Essenza; e quatro Fones Air Beats Philco sem fio.

Acesse a relação de sorteados, o e-book de receitas e o vídeo da festa no site do Unacon Sindical, ou no QR Code abaixo.

NOVA DENÚNCIA

O Fonacate protocolou, no dia 6 de outubro, nova denúncia contra o ministro da Economia, Paulo Guedes, por violações ao Código de Conduta da Alta Administração Federal e ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, devido ao conflito de interesses pela manutenção de empresa offshore milionária em "paraíso fiscal". De acordo com a representação, "para além de ilegal, é imoral e desonesto que o Ministro da Economia, o qual já acusou servidores públicos de serem 'parasitas' do Estado, mantenha a gestão de ativos milionários em contas de paraísos fiscais no exterior e, ainda, que são valorizados de forma instantânea por variações cambiais diretamente influenciadas por suas decisões como agente público, permitindo-o, assim, lucrar milhões de reais sem qualquer esforço".



POR QUE O BRASIL NÃO CRESCE?

O presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, e o secretário executivo, Rudinei Marques, participaram, no 22 de outubro, do ciclo de debates "Por que o Brasil não cresce?", ao lado dos economistas e professores José Luís da Costa Oreiro (UnB), Lício da Costa Raimundo (Facamp) e Carlos Pinkusfeld Bastos (UFR). O evento foi organizado pela Agência Servidores. O tema da discussão propôs uma reflexão sobre os desafios para o crescimento econômico sustentável.

Assista a íntegra do evento no Qr Code ao lado:

AGENDA DE LIVES

Na agenda de lives, no site do Unacon Sindical, você tem acesso a todos os eventos online que contam com a participação dos representantes da entidade.

Veja no Qr Code ao lado:

UNACON Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

RECEBA AS NOTÍCIAS DO UNACON SINDICAL NO SEU WHATSAPP

SE CADASTRE NO QR CODE AO LADO